



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TUBARÃO - FUNAT

Rua Antônio Borges, nº s/n - , Oficinas TUBARÃO

CEP: 88702600 - Tel: (47) 3626-8727

**Certidão de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA
3375/2022**



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/43137/18276>

Empreendedor

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

CPF/CNPJ: 82928656000133

Endereço: FELIPE SCHMIDT, nº 108, CENTRO

CEP: 88701180

Município: TUBARÃO

Estado: SC

Empreendimento

Município de Tubarão - 82928656000133

Endereço: Rua Lauro Muller, nº 00, Vila Moema

CEP: 88705100

Município: TUBARÃO

Estado: SC

Coordenadas UTM: X 696358.67, Y 6848880.44

Descrição do Empreendimento

Analisar a solicitação de Certidão de Atividade Não Constante.

Descrição do Empreendimento

Construção de uma passagem de pedestre - passeio público as margens do rio Tubarão.

Descrição e caracterização da área

A área do empreendimento proposto é envolto a dois espaços distintos, sendo um urbanisticamente consolidado e outro espaço correspondente a APP do rio Tubarão.

Aspectos Florestais

Área original ocupada pela Floresta Ombrófila Densa.

Análise técnica

O empreendimento proposto, pelas normas ambientais vigentes, está integralmente inserido em área de preservação permanente, no entanto, há a possibilidade de execução considerando que trata-se de uma obra destinada a prática de esportes e lazer, sendo assim de interesse social

O espaço onde se pretende construir a passagem de pedestres pode estar interferindo em terreno de marinha e a legalidade de tal construção deverá ter o aval da Secretaria de Patrimônio da União - SPU.

A supressão de vegetação, se houver, só será realizada com a devida Autorização de Corte - AuC.

Os resíduos de construção civil serão enviados para aterros devidamente licenciados.

Conclusão

Segundo a análise da documentação apresentada conclui-se que os impactos ambientais que poderão ser gerados pela atividade de implantação de **uma passagem de pedestre - passeio público as margens do rio Tubarão** devem ser controlados e/ou mitigados de forma adequada.

Cabe esclarecer que a FUNAT não possui responsabilidade técnica sobre os projetos propostos, sendo a execução e operação de inteira responsabilidade do **Município de Tubarão**.

Com base nas informações analisadas, vistoria *in loco*, somos de parecer favorável à liberação Certidão de Atividade Não Constante para a atividade citada, desde que seguidas as informações contidas na análise técnica integrante deste documento.

Declaração

O presente órgão ambiental licenciador certifica para os devidos fins que o empreendedor acima citado informou a implantação/operação do empreendimento/atividade com a descrição acima, a qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovada pelas Resoluções CONSEMA 01/06 e 99/2017 e suas alterações, portanto, não sujeito ao licenciamento ambiental. Contudo, o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente, e não se situar em área de preservação permanente e possuir Reserva Legal, se for imóvel em área rural.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 17937/2022 .

O presente órgão poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente certidão foi **emitida em 26 de maio de 2022** e é **válida até 26 de maio de 2023**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinatura

TUBARÃO , 26 de maio de 2022	JULIO CESAR ANGELO RODRIGUES PRESIDENTE
-------------------------------------	--